



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e onze (05.12.2011), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min), no Plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 54ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador Geral de Justiça. Registrou-se as presenças de todos os Membros do Colegiado. Constatou-se, ainda, as presenças do Sr. Bruno Machado Carneiro, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, e de diversos servidores da instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Autos CPJ nº. 021/2010 – Projeto de Resolução para a criação do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GECEP (Dra. Angélica Barbosa da Silva); 3) Autos CPJ nº. 014/2011 – Processo PGJ nº. 13273/2011 – Estudo acerca da carga horária de trabalho dos profissionais da saúde (Procurador Geral de Justiça); 4) Memo. nº. 014/2011-22ªPJC – Resposta ao Mem. nº. 057/2011/SCPJ – Indagação acerca dos limites da atuação conferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça (Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho); 5) Ofício nº. 101/11-ADM – Requerimento de instalação da 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins e sugestão de distribuição de atribuições (Dr. Guilherme Goseling Araújo); 6) Sugestão de nomes agraciados para a Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Tocantins (Procurador Geral de Justiça); 7) Mem. nº. 199/2011/CGMP – Relatórios de correições (Dr. João Rodrigues Filho); e 8) Outros assuntos. De início, colocou-se em apreciação as **Atas da 53ª Sessão Ordinária, da 58ª Sessão Extraordinária e da Sessão Solene de Posse** do Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior, que restaram aprovadas à unanimidade. Ato contínuo, a Dra. Elaine Marciano Pires, Secretária, apresentou o **Ofício nº. 094/13PROM/2011**, em que o Dr. Marcelo Ulisses Sampaio, 13º Promotor de Justiça da Capital, desiste do pleito formulado através do Ofício nº. 076/13PROM/2008, datado de 03/12/2008, por não ter mais interesse em seu

prosseguimento. Diante disso, a Secretária propôs a aprovação da **Ata da 17ª Sessão Extraordinária** e, ainda, que fosse conferida publicidade normal às **Atas da 17ª e da 36ª Sessões Extraordinárias**, cujas publicações estavam suspensas em razão do referido pedido. Em votação, o pedido do Dr. Marcelo Ulisses restou deferido, assim como aprovada a proposta da Secretaria, à unanimidade. Dando prosseguimento, colocou-se em apreciação os **Autos CPJ nº. 021/2010**, referentes ao projeto de resolução para a criação do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GECEP. Com a palavra, a Dra. Angélica Barbosa da Silva proferiu seu voto vista, apresentando a minuta da resolução com ressalvas em relação ao projeto original, que havia sido acolhido integralmente pela Comissão de Assuntos Institucionais. Dentre as adequações sugeridas, cita-se: 1) o quantitativo de cinco (5) membros para comporem o referido grupo; e 2) o prejuízo das atividades normais somente por três (3) dias a cada dois (2) meses, e dez (10) dias a cada quatro (4) meses para os membros integrantes. Consultados, os Drs. Marco Antonio Alves Bezerra e Alcir Raineri Filho, Presidente e Membro da CAI, respectivamente, à época, acolheram as ressalvas apresentadas. Após breve debate, o voto vista e a respectiva minuta da resolução restaram aprovados à unanimidade. Em seguida, colocou-se em apreciação os **Autos CPJ nº. 014/2011**, referentes ao Processo PGJ nº. 13273/2011, especificamente no que tange à carga horária de trabalho dos Analistas Ministeriais Especializados – Especialidade: Assistência Social. Após justificativas, o Presidente apresentou, para *referendum*, sua decisão no sentido de conceder, às servidoras Arlete Silva Ribeiro e Mônica Pereira Brito, redução da jornada de trabalho, de quarenta (40) para trinta (30) horas semanais, considerando a recente lotação de ambas no Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Área da Saúde, por meio das Portarias nºs. 835 e 836/2011, respectivamente. Consultados, os Membros do Colegiado referendaram a decisão à unanimidade. Ato contínuo, colocou-se em apreciação o **Memo. nº 014/2011-22ª PJC**, em que o Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, 22º Promotor de Justiça da Capital, indaga ao Colégio de Procuradores sobre os limites da atribuição de defesa da educação conferida à promotoria da qual é titular, na 52ª Sessão Ordinária, ocorrida em 03/10/2011, isto é, se engloba a educação infantil e juvenil,

que tem sido exercida pela 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Após breve debate, o Colegiado deliberou, à unanimidade, conforme sugestões formuladas pelos Drs. Leila Vilela, Alcir Raineri, Vera Nilva e Marco Antonio, por ratificar e complementar a deliberação tomada naquela sessão, nos seguintes termos: 1) 21ª Promotoria de Justiça da Capital: além das atribuições já estabelecidas, continuará atuando apenas nos direitos individuais afetos à educação infanto e juvenil, conforme preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; e 2) 22ª Promotoria de Justiça da Capital: além das já fixadas, será conferida atribuição específica de defesa da educação, adstrita ao âmbito dos direitos coletivos. Dando prosseguimento, deliberou-se à unanimidade por encaminhar, ao Procurador Geral de Justiça, para fins de juntada aos Autos CPJ nº. 015/2010, o **Ofício nº. 101/11-ADM**, datado de 08/11/2011, em que o Dr. Guilherme Goseling Araújo, 2º Promotor de Justiça de Colinas do Tocantins, requer, com urgência, a instalação da 4ª Promotoria de Justiça daquela comarca e, ainda, apresenta sugestão de distribuição de atribuições, conforme já apreciado pelo Colegiado em sua 52ª Sessão Ordinária, ocorrida em 03/10/2011. Em seguida, o Presidente apresentou sua **sugestão de nomes agraciados para a Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Tocantins**. Após amplo debate, a matéria restou retirada de pauta. Logo após, a Secretária apresentou, para conhecimento, o **Mem. nº. 199/2011/CGMP**, datado de 21/11/2011, em que o Dr. João Rodrigues Filho apresenta os relatórios das correições ordinárias realizadas nos meses de março, abril e setembro do ano corrente. Após considerações a respeito, o Corregedor Geral registrou que, em razão do volume do expediente, o encaminhará, através de e-mail, à Secretaria do Colegiado, para que seja repassado a todos os Procuradores de Justiça. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se a outros assuntos. Primeiramente, colocou-se em apreciação os **Autos CPJ nº. 019/2011**, referentes ao Processo PGJ nº. 2011/10469. Com a palavra, o Dr. Alcir Raineri, Presidente da Comissão de Assuntos Administrativos, apresentou minuta de resolução que visa alterar a Resolução nº. 001/2006/CPJ, de 06/04/2006, que “Dispõe sobre a regulamentação da organização, atribuição e quantitativo dos Cargos de Apoio Técnico-Administrativo das unidades administrativas do Ministério Público do Estado do Tocantins”, considerando as



Colégio de Procuradores de Justiça

mudanças ocorridas na Lei nº. 1.652/2005. Em votação, a minuta restou aprovada à unanimidade. Logo após, o Dr. Marco Antonio ressaltou a necessidade de se deliberar acerca das **atribuições da 25ª Promotoria de Justiça da Capital**, que se encontra vaga desde a promoção do Dr. José Maria ao cargo de 10º Procurador de Justiça. Destacou que o momento é oportuno para se corrigir eventuais *déficits* nas promotorias da Capital, citando como exemplo a elevada demanda de serviços na defesa do patrimônio público. Para tanto, requereu fosse consignada em ata sua ressalva, visando formalizar a questão e o devido encaminhamento à Comissão de Assuntos Institucionais. Na oportunidade, o Dr. José Maria registrou que gostaria de se manifestar perante à CAI quando da discussão deste assunto. Por fim, o Dr. Clenan Renaut deu conhecimento de situações que vêm ocorrendo em consequência de denúncias oferecidas, ao Tribunal de Justiça, de mais de cinquenta (50) prefeitos municipais, todas judicialmente fundamentadas. Ressaltou que não se intimidará diante de ameaças e continuará a realizar o seu trabalho, buscando sempre a justiça na defesa do Estado. Na ocasião, todos os Procuradores de Justiça manifestaram apoio incondicional ao Procurador Geral em suas ações na defesa do patrimônio público. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezessete horas (17h), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Júnior

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

Vera Nilva Álvares Rocha

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Colégio de Procuradores de Justiça

(continuação da Ata da 54ª Sessão Ordinária do CPJ)

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires

José Maria da Silva Júnior